

Entrevista com Prof. Dr. Marcos Reigota (UNISO)

Por Elenita Malta Pereira¹⁶



Marcos Reigota em Canoa Quebrada, Ceará. Foto Acervo Pessoal.

Marcos Antonio dos Santos Reigota é Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO) e pesquisador do Cnpq-Nível2. Pesquisa o campo da Educação Ambiental desde 1979. É Doutor em Educação pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica (1990) e Pós-Doutor pela Universidade de Genebra, Suíça (1994). É Professor convidado, desde 2015, da Universidade Alice Salomon, Berlim, Alemanha e Pesquisador do Centro Internacional de Investigação Interdisciplinar de Oaxaca, México desde 2014.

Autor de diversos livros sobre Educação Ambiental (EA), entre eles *O que é educação ambiental*, publicado há mais de 20 anos pela Editora Brasiliense, em sua prestigiada coleção Primeiros Passos, em seus escritos, Marcos Reigota tem defendido uma Educação Ambiental política, fundamentada em princípios como a ética e a cidadania.

16 Doutora em História (UFRGS). Professora de História na UFSC. E-mail: elenitamalta@gmail.com

Professor Reigota, para começarmos, gostaria de perguntar sobre sua trajetória conceitual. Em seu primeiro livro, *O que é educação ambiental*, cuja primeira edição é de 1994, você considera a educação ambiental uma forma de educação política, orientada para a comunidade, instrumentalizando os indivíduos para o exercício da cidadania, da participação social ativa, reivindicando melhorias no âmbito social, político e econômico. Passados mais de 20 anos, quais as transformações por que o conceito de educação ambiental passou e como você percebe a sua aplicação na prática docente brasileira?

Marcos: Esse livro, *O que é educação ambiental*, traz algumas ideias básicas que desenvolvi na minha tese de doutorado, defendida em 1990, na Universidade Católica de Louvain. Na época, o que eu encontrava sobre a educação ambiental estava marcado pelo behaviorismo, pelo positivismo e por uma posição política, não explicitada, mas facilmente identificável que era o oposto do que eu pensava e praticava com os meus alunos de escolas públicas e particulares de São Paulo, de 1979 a 1985. O contexto político e cultural da época é muito importante, pois o que vivíamos no Brasil e no que eu estava mergulhado era a efervescência das atividades e ações contra a ditadura civil-militar. Tudo isso era muito diferente do que eu encontrei na Europa, principalmente no que dizia respeito à dimensão política da educação ambiental. Todo o meu trabalho e empenho estavam voltados para se pensar a educação (ambiental ou não) no contexto da redemocratização do país. Tive embates seríssimos sobre isso com intelectuais importantes e professores poderosos, não só em Louvain, mas também em Paris, Bruxelas, Frankfurt e Londres. Para dar um exemplo de um dos embates que mais me marcou, aconteceu num seminário com o Ivan Illich em Louvain. Eu perguntei como ele via o papel da educação nos processos de redemocratização de sociedades totalitárias e ele, além de desdenhar de minha pergunta, disse que não via importância alguma da educação nisso. Fiquei estarelecido e estarelecido ainda fico quando vejo o nome dele...Tive muitas dificuldades no meu doutorado para defender o argumento de que a educação ambiental é educação política. Claro que aí está presente toda a influência que recebi e tenho do pensamento político e pedagógico de Paulo Freire. Já contei isso em outras ocasiões e considero sempre importante lembrar e voltar ao assunto, que tive o privilégio de ter sido aluno de Paulo Freire na PUCSP em 1983. Eu fui para a educação e para a PUCSP porque ele estava lá. Para isso eu abandonei o curso de Geografia que fazia na USP e (ainda) pago caro por ter abandonado a USP... Todos esses conceitos presentes no meu trabalho desde então ligados à cidadania, participação política, autonomia dos movimentos

sociais, etc., estão marcados por esse contexto que tinha na PUCSP um dos centros principais de produção e difusão dessas perspectivas que tiveram enorme impacto na sociedade brasileira nas décadas seguintes. O livro *O que é educação ambiental* reflete isso. Quando a editora me solicitou que eu trabalhasse o texto visando a publicação de uma segunda edição revista e ampliada, procurei observar aos possíveis novos leitores que o livro foi escrito naquele contexto, que a definição de meio ambiente que ali se encontra foi elaborada em 1988 e que a sua pertinência precisa ser sempre questionada. Encontro pelo Brasil afora e recebo muitos e-mails de estudantes, professoras e professores jovens, que me contam sobre a importância que esse livro teve para eles e elas. Alguns desses estudantes não tinham nem nascido quando eu estava escrevendo a minha tese. Então isso me dá muita alegria e energia para continuar. A ideia de que a educação ambiental é educação política foi depois sendo aprofundada (e questionada) por colegas no Brasil e no exterior, inclusive com posições contrárias e antagônicas, o que me parece bastante salutar. O que me incomoda profundamente (já me incomodou muito mais) é ver como que colegas brasileiros que estiveram ligados até recentemente aos Aparelhos Ideológicos do Estado, ignoraram e ignoram (por algum motivo político, pois muitos deles conhecem o livro) ou desconsideraram esse histórico. Outros colegas recorrem a autores estrangeiros para afirmarem aquilo que eu já havia elaborado, escrito e publicado há tanto tempo. Alguns dos autores estrangeiros citados por colegas brasileiros que ignoram esse percurso são meus interlocutores (alguns até meus amigos) há décadas... Então esse desconhecimento ou descaso histórico me parece significativo do movimento político e acadêmico muito comum nas universidades brasileiras de reconhecer, validar e enfatizar o que foi produzido pelos estrangeiros. A atitude colonizada está aí evidenciada. Mas, mais grave, me parece, é o que foi feito pelos colegas até recentemente ligados e ou obedientes aos Aparelhos Ideológicos do Estado, que tentaram normatizar e institucionalizar a educação ambiental numa perspectiva política partidária. Alguns deles chegaram ao ponto (em documentos e publicações de ampla difusão pública e publicadas com dinheiro público) de afirmar o que eu havia escrito sem mencionar o meu trabalho, nem que fosse para demoli-lo. Simplesmente acharam que podiam ignorar a história. Tenho algumas hipóteses políticas e conceituais sobre isso, mas o que me parece mais evidente nessa atitude política delas e deles é o fato de eu não seguir e ou obedecer a nenhum comandante, de ter construído um percurso marcado pela autonomia e questionamento de tudo o que me parece ser autoritário, colonizador, injusto, manipulador e preconceituoso. Sobre o impacto desse livro nas práticas docentes, o que posso dizer é o que ouço dos colegas e estudantes que entram em contato comigo, das citações que

encontro em artigos, dissertações e teses, e na constante reimpressão do livro. Sei que *O que é educação ambiental* é comprado por Secretarias de Educação para ser distribuído gratuitamente a professores pelo Brasil. Um trabalho sobre esse livro que me toca particularmente é a tese defendida na FURG, por Cláudio Renato Moraes da Silva, em 2012. Nessa tese, ele mostra como que catadores da cidade de Rio Grande leram, criticaram e reescreveram o livro. O título da tese é “*O que é educação ambiental...para cinco catadores de papelão no centro do Rio Grande-RS*”. Mais freireano que isso, impossível.

Poderia falar também sobre o conceito de “ecologia inventiva” e como ele pode ser abordado no cotidiano escolar?

Marcos: Essa noção não é minha, embora eu esteja mergulhado nela. É uma noção elaborada pelo meu amigo Leandro Belinaso Guimarães e pelo grupo dele na UFSC. O Leandro tem várias conexões acadêmicas que também aprofundaram essa perspectiva, que está muito marcada pelo trabalho dele com professores do ensino fundamental e médio e estudantes de licenciatura. Me lembro que a primeira vez que o ouvi falar sobre “ecologias inventivas”, estávamos conversando sobre um seminário que ele pretendia realizar na UFSC e sobre uma publicação que ele pretendia fazer tendo como ponto de partida o meu livro *A Floresta e a escola: Por uma educação ambiental pós-moderna*.

Para o seminário na UFSC, ele me convidou para falar sobre o meu processo de escrita do livro *Iugoslávia: registros de uma barbárie anunciada* e, para o livro *Ecologias Inventivas*: conversas sobre educação, ele me pediu um artigo e eu enviei o “ABC Frankfurtiano”, no qual, bastante influenciado por Walter Benjamin, narro o cotidiano da cidade, quando lá vivi para escrever o livro *Ecologistas*, no famoso Instituto de Pesquisa Social. O livro *Ecologias inventivas*, organizado pelo Leandro, pela Ana Maria Hoepers Preve, Valdo Barcelos e Julia Schadeck Locatelli, traz vários artigos de colegas que trabalham numa perspectiva de produção de sentidos, com os Estudos Culturais, com o pós-modernismo e com o pós-estruturalismo. Além desse meu artigo citado anteriormente, assino um outro sobre o Manoel de Barros, com o meu ex-orientando de mestrado Antonio Almeida Silva (que atualmente está concluindo o seu doutorado na Unicamp). Há também artigos de Marta Catunda e Rodrigo Barchi que refletem o que temos produzido (e provocado) nos últimos anos na Universidade de Sorocaba e dois belíssimos textos se referindo ao livro *A Floresta e a Escola*, um de autoria do Leandro e outro de autoria da Ana Godoy (autora do incontornável *A menor das ecologias*). Em resumo, embora eu esteja bastante ligado à noção de ecologias inventivas, são esses e essas colegas que a estão aprofundando. Depois

desse primeiro livro, o mesmo grupo liderado pelo Leandro Belinaso Guimarães publicou um segundo com o título *Ecologias inventivas: experiências das/nas paisagens* e para 2018 estamos pensando em realizar o terceiro encontro na UFSC.

Você tem estudado a recepção da obra de Paulo Freire nos Estados Unidos. Pode resumir os resultados dessa pesquisa, no que diz respeito ao meio ambiente?

Marcos: Fico muito grato por essa pergunta, pois há anos estou envolvido com essa pesquisa. Eu estou pesquisando qual tem sido a influência de Paulo Freire nos EUA, principalmente a partir do ano 2000, e como que uma nova geração de intelectuais e pesquisadores acatam e ou criticam a pedagogia freireana. Como sabemos, houve a partir do final dos anos 1960 um grupo de estudiosos que difundiram o pensamento de Freire nos EUA e vários deles se tornaram conhecidos no mundo todo. Há muitas publicações em várias línguas, mas particularmente em inglês, e em muitas situações esses estudiosos tiveram contato direto com Freire. Mas o que ficou desse legado para, digamos, as gerações seguintes? Como que essa geração ressignifica a pedagogia freireana? Com essas questões básicas tenho vasculhado bibliotecas das principais universidades americanas, livrarias e sebos nas cidades em que estive e revistas acadêmicas de livre acesso. O que posso dizer é que a quantidade de trabalhos freireanos ou críticos dele nos EUA é impressionante. Estive algumas ocasiões nos EUA, em Berkeley, Chicago, New Orleans e mais recentemente, em abril de 2016, nas universidades na região de Boston, me concentrando em Harvard. Nessa última, estive em vários seminários e embora em nenhum deles tenha ouvido o nome de Paulo Freire, todo o seu pensamento se fazia presente de uma forma ou de outra, principalmente nos seminários e conferências de professores negros e ou de origem latino-americana. Até então, a minha pesquisa estava voltada diretamente para a recepção acadêmica do pensamento freireano, mas nessa última estadia em Harvard eu conheci as *The Paulo Freire Charter School*, que são como que propostas político-pedagógicas de escolas públicas secundárias em regiões de grandes conflitos sociais. Há nelas uma aplicação direta de suas propostas no cotidiano escolar e, numa visita no Youtube, podemos encontrar vários vídeos feitos por estudantes dessas escolas. Um amigo meu, Alberto Arenas, professor na Universidade do Arizona, me informou que uma dessas cartas em Tucson foi elaborada pelos secundaristas do movimento GLBT. Um outro dado importante, ainda relacionado com a Harvard, foi o evento, em 2013, comemorativo ao 45o aniversário da publicação do livro *Pedagogia do Oprimido*, que contou com

a participação de Noan Chomsky e de Howard Gardner (há um vídeo no Youtube sobre isso, na íntegra). Ainda nessa última estadia nos EUA fui informado da inauguração, em abril de 2016, da Cátedra Paulo Freire, com a presença da professora Nita Freire², no Garrett-Evangelical Theological Seminary que fica nas imediações de Chicago. Na Chapman University, nas imediações de Los Angeles, foi inaugurado em 2014 The Paulo Freire Critical Pedagogy Archives³, também com a presença da Nita Freire e de importantes pesquisadores freireanos que atuam nos EUA. Sobre os trabalhos relacionados com a educação ambiental, encontrei pouca coisa e o que encontrei não traz nenhuma novidade, lamentavelmente. É necessário dizer que para realizar essa pesquisa tenho contado com o apoio da Universidade de Sorocaba e com o meu próprio financiamento. Conto também com o inestimável apoio da Nita Freire que me coloca em contato com a enorme e prestigiosa rede que ela tem nos EUA. No momento, eu estou preparando um texto que procura relacionar (inclusive recorrendo à ficção) o que teria acontecido num eventual (des) encontro de Paulo Freire com Angela Davis e com Nina Simone. Espero tê-lo pronto para o “Seminário 20 anos sem Paulo Freire” que deverá acontecer na Universidade Federal do Pará em Belém, em outubro de 2017. Nesse momento histórico em que Paulo Freire tem sido ridicularizado no Brasil e que, antes disso, era ignorado ou alvo de brincadeiras sem nenhuma graça em importantes universidades brasileiras por conceituados professores (de esquerda) do campo educacional, me parece fundamental realizar estudos e pesquisas que ressignificam a sua importância no Brasil e no mundo. Nesse sentido, um ex-aluno meu da Universidade Alice Salomon em Berlim está preparando o seu doutorado tendo como foco a influência de Paulo Freire em três experiências pedagógicas recentes, na Alemanha, nos EUA e na Argentina. Estou muito curioso para ver o que virá dessa tese. Eu gostaria de dizer que recentemente solicitei à Capes uma bolsa de pesquisador sênior nos EUA para dar continuidade a essa pesquisa e ter mais tempo disponível para a análise e a escrita. Eu já estava com todos os documentos preparados e aceitos nos EUA, numa importante universidade americana, para trabalhar com um dos mais conceituados freireanos da nova geração nos EUA. Um dos pareceristas aprovou o projeto e fez sugestões muito interessantes, o segundo detonou o projeto alegando, entre outras coisas, que eu não tinha produção condizente, não fazia parte nem dialogava com os grupos freireanos cadastrados no Cnpq... Com base nesse segundo parecer, o representante da área na Capes resolveu não apoiar a concessão da bolsa. Entrei com recurso, mas foi em vão. Todos que leram o parecer contra-

2 Nita Freire é viúva do educador Paulo Freire.

3 Contém coleções e artigos relacionados a Paulo Freire (1921-1997), sua pedagogia e a dos principais estudiosos em pedagogia crítica. <<http://www1.chapman.edu/library/archives/paulofreire.html>>. Acesso em 20 abril 2017.

rio do colega ficaram estarecidos, pelo tom, pela violência e pelo uso do poder de forma tão veemente e anacrônica. De uma certa forma, esse não compromisso com qualquer agência financiadora estatal me libera para explorar outras formas de escrita e de exposição pública do trabalho além de exemplificar (mais uma vez) o preço que se paga por não seguir comandantes e palavras de ordem.

Em sua visão, a transversalidade, preconizada pelos PCNs para a EA, tem sido mesmo aplicada nas diferentes disciplinas, em especial na História?

Marcos: A noção de transversalidade presente nos PCNs foi bastante criticada por vários colegas e por mim. Havia uma confusão conceitual importante que considerava transversalidade como interdisciplinaridade. Na época um grupo de pesquisadores, liderados pelas professoras Nilda Alves e Regina Leite Garcia, publicou uma série de textos e livros para contrapor os PCNs. Nesse contexto eu organizei o livro *Verde Cotidiano* que, entre outros autores, trazia um texto do historiador Ronald Raminelli e a carta do Pedro Vaz de Caminha. Na mesma ocasião, os dois estados que se recusaram a implementar os PCNs foram o Rio Grande do Sul e o Amapá. Fui convidado para prestar consultoria nos dois lugares. O Rio Grande do Sul tinha como governador o Olívio Dutra e o Amapá o Capiberibe. Foi um momento marcante, pois tínhamos que buscar e criar alternativas político-pedagógicas. Esse movimento todo deu origem ao livro *Educação Ambiental: Utopia e práxis* que organizei com a minha orientanda de mestrado Barbara Heliodora Soares Prado. Esse livro é muito importante por n motivos na minha produção, inclusive por trazer a noção de bio:grafia que nos custou muito elaborar. O livro foi publicado numa coleção sobre currículo, dirigida pela professora Nilda Alves. O impacto político e pedagógico que a noção de transversalidade trazia foi banalizada pelos PCNs e creio estar completamente esquecida. É necessário enfatizar que os PCNs, assim como a Política Nacional de Educação Ambiental que veio depois, são propostas que foram feitas para atender grupos políticos e econômicos, via Estado, no que depois ficou conhecido como “políticas públicas”. Essas propostas têm em comum desconsiderar ou ignorar as práticas pedagógicas cotidianas que ocorrem em contextos culturais, sociais, políticos e ambientais completamente distintos. Tem colegas que chamam essas práticas pedagógicas, de forma bastante pretensiosa, de “voluntaristas”, portanto, sem importância nenhuma. Alegam que os professores devem ser “treinados” para praticarem UMA educação ambiental (a deles, claro). As

duas propostas oficiais foram elaboradas em contextos políticos diferentes, até antagônicos e rivais, mas apresentam muitos pontos em comum, cujo principal deles é o de desconsiderar o que acontece dentro, fora e nas margens do cotidiano escolar. E são essas práticas, que esses colegas chamam de “voluntaristas” e que eu chamo de criativas, produtoras de sentido e desafiadoras, que têm me interessado pesquisar e aprofundar nos pelo menos últimos 30 anos. Tenho acompanhado, dialogado e aprendido com professores e professoras que pesquisam as suas próprias trajetórias, práticas e bio:grafias. Eles e elas são, principalmente, professores de escolas públicas periféricas, mas também não faltam professores e professoras de caras e conceituadas escolas particulares. Desconheço como que os professores de história estão trabalhando a educação ambiental nos últimos anos, mas tive e tenho contato com professores e professoras de arte, geografia, educação física, matemática, ciências, biologia, português e posso dizer que, com eles e elas, as práticas pedagógicas cotidianas que incorporam a educação ambiental como filosofia e proposta político-pedagógica, causam movimentos no cotidiano escolar na direção dos princípios básicos que nos são tão caros como é o caso, por exemplo, da noção de cidadania.

A História Ambiental propõe o estudo das influências recíprocas entre humanos e natureza, ao longo da história. Em sua visão, como pode se dar, na prática das aulas de história no ensino básico, a interação entre História Ambiental e Educação Ambiental?

Marcos: Tenho acompanhado com muito interesse a constituição do campo da História Ambiental no Brasil e sei dos percalços que tem tido. Não vejo as duas, a História Ambiental e a Educação Ambiental, separadas. Na perspectiva que eu trabalho, são fundamentais a história dos anônimos, a memória, os relatos e narrativas, as fotografias e documentos privados ou coletivos, sobre as relações sociais que constroem, destroem e recriam ambientes. Algumas dessas noções são caras à história, principalmente na versão da chamada micro história. Os contextos mais planetários como, por exemplo, os efeitos políticos, sociais, ambientais e existenciais desde os massacres da Segunda Guerra Mundial (bombas atômicas incluídas), assim como os conflitos mais contemporâneos que nos escandalizam e aterrorizam, não podem ser compreendidos sem a história e a historiografia. Assim, da necessidade de se incluir nesses estudos práticas pedagógicas e análises, o “ ambiental” só tende a crescer. Trazer ao espaço público os relatos daqueles que vivenciaram e sobreviveram às barbáries contemporâneas é de fundamental importância política e pedagógica. Penso, particularmente, nos sobreviventes do acidente ocorrido em Mariana e nas comunidades indígenas

que enfrentam a construção da Usina de Belo Monte, para ficar só nesses exemplos. Porém, aqui nos deparamos com a ortodoxia acadêmica e os poderes conferidos pela chamada “ciência normal”, como a definiu Khun. A “aventura de contar-se” como a Margareth Rago argumenta é um elemento cada vez mais importante e que pode fazer essa relação que você pergunta. Quem pode escrever sobre o tempo presente (ou passado) e abordar os temas caros aos historiadores, sem terem sido “habilitados” academicamente para isso? A quem é permitido a aventura de contar sem participar de uma comunidade de especialistas ou a um campo de conhecimento estruturado com as suas regras, departamentos e cacifes? Tive todos esses questionamentos quando escrevi os livros *Hiroshima e Nagasaki*, (que foi recusado por todas as editoras as quais enviei e que depois disponibilizei gratuitamente no site Research Gate) e *Iugoslávia: Registros de uma barbárie* que apesar de intensas pesquisas, e no caso de *Hiroshima e Nagasaki*, apoiada pela prestigiosa Fundação Japão, não foram escritos na perspectiva técnica de um historiador, mas sim de alguém (um ecologista e professor) que observa o mundo, com ele se espanta, e que tenta adiar o seu fim... Nesse sentido a colaboração do meu amigo Ronald Raminelli tem sido fundamental para adentrar essas searas historiográficas. Mais recentemente a perspectiva filosófica, ética e estética do Bene Fonteles, desde a participação dele na última Bienal de Arte de São Paulo, me auxilia a chegar mais ao fundo do poço.

No que diz respeito à formação de professores, quais as estratégias, no Ensino Superior, para que os futuros professores de História sejam capacitados a abordar temas relativos ao meio ambiente em suas aulas?

Marcos: O que posso sugerir é que os professores e professoras exercitem a sua própria história, a sua memória e a dos seus amigos e familiares. Que vasculhem os arquivos da família, de suas cidades, etc., procurando identificar, priorizar e refletir sobre as histórias dos anônimos. Que escrevam as suas próprias bio:grafias, que estudem os autores da micro história, que mergulhem no conceito de “sujeito da história” de Paulo Freire, que exercitem a aventura antropofágica de desnudar-se (uma ampliação mais radical da noção de “aventura de contar-se” empregada pela Margareth Rago). Para o que diz respeito à história do Brasil em tempos mais remotos, nada como se debruçar nos livros e artigos do Ronald Raminelli. Sugiro também vasculhar o cinema e a literatura. Filmes, como por exemplo, *Iracema* do Jorge Bodansky e *Orlando Senna* e *Margaret Mee* e a flor da lua são preciosos. Para uma noção mais próxima de meio ambiente e da perspectiva teórica e política que tenho argumentado, os filmes do Eduardo

Coutinho são fundamentais. Na literatura temos os clássicos Guimarães Rosa e Graciliano Ramos, com algumas excelentes adaptações cinematográficas, como é o caso do filme *Vidas Secas* e, entre os contemporâneos, não pode faltar o livro *Cinzas do Norte* de Milton Hatoum.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Ensino de História tem, entre seus objetivos, para o Ensino Fundamental, “conhecer e respeitar a diversidade cultural”, “valorizar o patrimônio sociocultural”, “valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia”; para o Ensino Médio, “preparar o educando para a vida, para o exercício da cidadania”, “desenvolver competências que os instrumentalizem a refletir sobre si mesmos, a se inserir e a participar ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho”. Como uma abordagem transdisciplinar aliando Ensino de História, História Ambiental e Educação Ambiental pode contribuir para atingir esses objetivos?

Marcos: Esses objetivos estão presentes em todos os lugares, desde às propostas mais conservadoras (como é o caso dos PCNs) como nas mais recentes definidas como “críticas, transformadoras e emancipadoras”. No entanto, os contextos políticos, brasileiro e internacional, contemporâneos mostram que esses discursos bem intencionados são só isso: discursos bem intencionados. O que se entende por cidadania? Qual cidadania está sendo proposta? O que os estudantes, professores e diretores entendem por essa noção? O que se entende por democracia? O que se entende por “participar ativa e criticamente no mundo social, cultural e do trabalho”? Creio que tanto a educação ambiental como a História Ambiental contribuem para a desconstrução dos clichês que essas propostas oficiais trazem, e contribuem para se questionar cada vez mais se temos ou não a possibilidade de a sociedade civil controlar o Estado e não o contrário. Em resumo as questões que (me) faço são: podemos ampliar a discussão para a construção de uma sociedade de direitos, com e através de nossas práticas pedagógicas e sociais cotidianas priorizando e incluindo nelas o estudo e a discussão de noções de autonomia e de desobediência civil? Podemos desconstruir os discursos inofensivos, letárgicos e lisérgicos elaborados por colegas (de esquerda) das chamadas políticas públicas que não explicitam, mas também não escondem, seus dispositivos de controle da população dos desobedientes, dos desviantes e dos insubmissos aos modelos e critérios de, digamos, sustentabilidade, elaborados em gabinetes, em agências de publicidade (ou em prestigiadas universidades) pelos

mesmos que vivem como se nada houvesse acontecido no planeta desde a queda do muro de Berlim?

Como o Ensino de História pode contribuir para a construção de uma Educação Ambiental Crítica, tal como você defende?

Marcos: Primeiro gostaria de enfatizar que não faço parte desse grupo que se auto define como de pesquisadores da educação ambiental crítica. Além de relações de coleguismos e amizade com alguns deles, não dialogamos, nem participamos de publicações ou eventos conjuntamente. Tenho visto alguns trabalhos que me situam nessa vertente, principalmente por parte de estudantes e de colegas professores universitários, mas o que é necessário enfatizar são duas coisas: a primeira é o movimento teórico e epistemológico “crítico” (na qual eu me incluo, sem nenhum problema, apesar de não aderir, nem considerar que por Teoria Crítica se entenda apenas o marxismo e a sua interpretação tão tosca como a que temos visto) e o outro é o movimento político da chamada EA crítica enfronhada nos Aparelhos Ideológicos do Estado (movimento esse do qual eu não participo e tenho severas restrições). Sempre considere que a educação ambiental é uma proposta de educação crítica aos modelos vigentes e hegemônicos de educação (à esquerda e à direita). Portanto, a educação ambiental é crítica per se, desde o seu início (pelo menos para mim). Claro que temos várias interpretações, algumas bastante conservadoras, sobre educação ambiental e apesar da enorme influência que possam ter, inclusive em meios acadêmicos, eu não trabalho com esses argumentos e considero desnecessárias essas categorizações. O movimento teórico e político em que estou envolvido é o de desconstrução (inclusive da denominação “ambiental” para a educação) e o da produção de sentidos no cotidiano. Explicitado isso, voltamos à questão mais epistemológica e mais espinhosa que é a própria noção de história. De qual história estamos nos referindo? De qualquer forma o ensino de História (como eu tentei explicitar nas questões acima) é de fundamental importância, principalmente quando aliado ao conceito freireano de “sujeito da história”. Considero que para que as práticas sociais e pedagógicas cotidianas possam ter efetivamente um impacto questionador e produtor de sentidos para as pessoas envolvidas, uma sólida formação teórica, epistemológica e cultural é incontornável aos educadores (ambientais). Nesse sentido, nosso papel nas universidades vai muito além dos compromissos de publicação. Cada aula, cada texto, cada gesto, cada palavra e cada silêncio adquirem significados políticos, que espero sejam desestabilizadores da ordem econômica vigente, dos conservadorismos e moralismos enfadonhos, dos germes do totalitarismo que nos chegam desde o Estado até as relações sociais cotidianas e, como argumenta Bene Fonteles, possam

“adiar o fim do mundo”.

Você gostaria de acrescentar algo que não foi perguntado? Por favor, fique à vontade.

Marcos: Não. Já falei bastante. Quero agradecer imensamente o convite para essa entrevista e espero que possa ter contribuído. Seguimos, sem temer jamais.